

Ministério da Educação Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso Campus São Vicente ATA № 20/2024 - SVC-CLI/SVC-DAP/SVC-DG/CSVC/RTR/IFMT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90010/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № 90010/2024 ELABORADA A PARTIR DO PREGÃO ELETRÔNICO — SRP nº 90010/2024, PROCESSO № 23197.002614.2023-76, COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES, ENTRE O IFMT — CAMPUS SÃO VICENTE E A EMPRESA NUTRIR COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA, NA FORMA ABAIXO:

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO – IFMT - CAMPUS SÃO VICENTE , com sede na Rodovia BR ,64, Km 329, s/n Vila de São Vicente, Zona Rural, CEP: 78.106-970, na cidade de Cuiabá / Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 10.784.782/0005-84, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral LIVIO DOS SANTOS WOGEL, nomeado pela Portaria do Reitor do Instituto federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, nº 732, de 19/04/2021, publicada no DOU em 20/04/2021, portador da matricula funcional nº 1430504, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90010/2024, publicada no DOU de 08/05/2024, Seção 3, processo administrativo n.º 23197.002614.2023-76, RESOLVE registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Contratada:	Nutrir Comércio e Representação de Produtos Agropecuários Ltda.
Endereço:	Av. Santa Maria 1173 - Vale do Sol - Campo Verde-MT
CNPJ:	22.487.265/0001-07
Dados Bancários:	Banco SICREDI Agência: 0802 Conta Corrente: 35344-2
Representante legal:	Gustavo Francio Lopes
Nacionalidade:	Brasileiro
Cargo na empresa:	Diretor/Administrador
Cart. Identidade:	8.148.096-6 SESP/PR
CPF:	041.159.819-89
E-mail:	nutrir.nutrir@hotmail.com
Telefone:	(66) 99633-9345

1. DO OBJETO

1.1. objeto da presente licitação é a aquisição de insumos necessários para os Laboratórios de Ensino, Pesquisa e Extensão ligados à Diretoria da Fazenda Escola do IFMT - Campus São Vicente, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e seus Anexos.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 - O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

	Aquisição de li	nsumos			
Item	Especificação	Unidade	Quant.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	Vermiculita, material mineral, flocos sanfonados finos, utilizado para a formulação de substratos semeadura e germinação. Embalagem: saco com 100 litros (aproximadamente 12 kg). O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Saco de 100 litros	30	109,50	3.285,00
2	Sal mineral para bovinos de corte na fase de engorda - Cálcio (mín./máx.) Contendo os níveis de garantia: 150 - 190 g/kg Cobalto (mín.) 150 mg/kg Cobre (mín.) 1200 mg/kg Enxofre (mín.) 20 g/kg Flúor (máx.) 900 mg/kg Fósforo (mín.) 90 g/kg Idoo (mín.) 120 mg/kg Magnésio (mín.) 20 g/kg Manganês (mín.) 1100 mg/kg Selênio (mín.) 40 mg/kg Sódio (mín.) 100 g/kg Zinco (mín.) 3500 mg/kg - Sacos de 30 kg. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Sacos de 30 kg	200	40,95	8.190,00
4	Óleo de soja como fonte energética para inclusão em rações, com 99,6% de ms, 99,6% de extrato etéreo, 8300 kcal de energia metabolizável, 7364 de energia liquida de crescimento, com 0,1% de aminoácido mirístico, 9,76% de palmítico, 0,20% de palmitoleico, 3,77% de esteárico, 23,32% de oleico, 52,78% de linoleico, 6,97% de linolênico. O produto deve ser entregue com no mínimo 12 meses de validade, a partir da data de entrega.	Litro	3000	7,50	22.500,00
5	Fosfato bicálcico, composto de mono-hidrogêno fosfato de cálcio (dicalcium phosphate), com apresentação física em pó ou microgranular, com ≥180 g/kg de fósforo total, ≥90% de percentual de fósforo solúvel em ácido cítrico (2%), com ≥1,00 ≤1,10 de razão ca/p, com ≤50 g/kg de umidade, na cor cinza claro, 210 / 290 g/kg de cálcio e 0,20 %h3po4 de acidez residual. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Saco de 50 kg	250	126,89	31.722,50
6	Farelo de soja com teor de proteína bruta de no mínimo 45%, livre de impurezas, com tamanho e coloração padrão. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega. SACO DE 60 QUILOGRAMA	Saco 60 KG	67	143,50	9.614,50
12	Farelo de Milho, com teor de proteína entre 6,9% e 11, energia bruta de no mínimo 3.901 kcal/kg, livre de impurezas, com tamanho e coloração padrão. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega. SACO DE 60 QUILOGRAMA	Saco 60 kg	100	100,00	10.000,00
13	Bht – antioxidante para ração, comumente utilizado na indústria como agente antioxidante e conservante, com pureza de ≥ 99,90%, aspecto físico em cristais, coloração branca. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Saco de 20 kg	5	255,50	1.277,50
16	Desinfetante, aspecto físico líquido, aplicação veterinário, composição a base de iodo ativo 5 %. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Litro	50	48,66	2.433,00
26	Cal virgem para desinfecção de instalações, Cor: Branca, apresentação em pó, inodoro, com fixador, pureza mínima de 90%. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Saco com 20 kg	100	17,75	1.775,00
31	Carrapaticida, Mosquicida e bernicida, concentrado emulsionável, contendo 450 g/litro de Diclorvos: Dimetil-2,2-diclorovinil fosfato e 50 g/litro de Cipermetrina: Alfa-ciano 3-fenoxibenzil-2,2-dimetil-3-(2,2 diclorovinil) ciclopropano carboxilato - obedecer aos seguintes períodos de carência bovinos: abate: o abate dos animais tratados com este produto somente deve ser realizado 24 horas após a última aplicação. leite:	Frasco de 1 L	30	7,50	225,00

	o produto não requer período de carência para o consumo de leite de bovinos tratados. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega				
33	Medicamento – antimicrobiano para tristeza parasitária à base de imidocarb. Uso veterinário. Injetável. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega. FRASCO DE 50 ML	Frasco com 50ml	15	37,06	555,90
36	Soro antiofídico para tratamento de envenenamentos causados por serpentes do gênero bothrops, lachesis e crotalus, em animais, estojo plástico contendo 1 frasco ampola do produto liofilizado acompanhado de 1 frasco de 20 ml de diluente estéril e seringa de 20 ml. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Frasco 20 ml	30	67,22	2.016,60
38	Repelente, cicatrizante e larvicida pó a base de coumafós e propoxur, inseticida larvicida à base de coumafós e propoxur associado a um regulador de crescimento de insetos (igr), diflubenzuron, para o tratamento curativo e profilático de bicheiras (miíases cutâneas) causadas por larvas da mosca cochliomyia hominivorax em: ferimentos, cortes, castração, descorna, marcação, feridas após tosquia e no tratamento do umbigo dos recém-nascidos. Uso tópico. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Frasco 200g	30	21,20	636,00
42	Antibiótico a base de ceftiofur 5%, antimicrobiano indicado para tratamento de infecções em bovinos e suínos. Uso veterinário. Injetável. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Frasco com 100 ml	25	55,73	1.393,25
43	Antibiótico e anti-inflamatório a base de oxitetraciclina e diclofenaco de sódio. Uso veterinário. Injetável. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Frasco 50 ml	30	21,12	633,60
50	Antibiótico para aplicação intramamária, no combate à mastite bovina, a base de sulfato de gentamicina, indicado para vacas em final da lactação (secagem). Uso veterinário. Intramamária. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Seringa com 10ml	152	8,11	1.232,72
53	L-triptofano - aminoácido sintético, que assegura nutrição balanceada e crescimento adequado de aves e suínos. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega. SACO DE 25 QUILOGRAMA	Saco 25 kg	3	1.257,55	3.772,65
57	Medicamento spray a base de fipronil 0,32 g, sulfadiazina de prata 0,09 g e alumínio 3,10 g, indicado para prevenção de bicheiras (miíases) em ferimentos em geral, feridas cirúrgicas, por exemplo, castração, descorna, caudectomia (corte do rabo), marcação, etc, também em rachaduras do casco e frieiras e no tratamento do umbigo dos bezerros. Uso tópico. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Tubo com 500ml	30	30,11	903,30
59	Npk 04.14.08, adubo químico, uso agrícola, composição básica: 4% n, 14% p205, 8% k2o + micronutrientes. Aspecto físico: granulado. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Saco de 50 kg	80	180,00	14.400,00
66	Solução nutritiva para hidroponia com macro e micro nutrientes, saco de 20kg, garantia mínima (10 % n, 9% p, 28 % k, 3,3% mg, 4,3% s, 0,06 % b, 0,01% cu, 0,07% mo, 0,05% mn, 0,02% zn). Marca de referência hidrogood fert, ou similar com mesma formulação e apresentação. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Saco de 25 kg	10	303,42	3.034,20
_	Fertilizante foliar a base de manganês, composição básica: 27,4% mn e 3,8% n. Densidade 1,83 g/dm3.				

67	Formulação: suspensão homogênea. Marca de referência: yaravita mantrac pro (yara) ou similar. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega	Frasco de 1 L	15	44,50	667,50	
70	Solução injetável contendo vitaminas a d e e para bovinos, suínos, ovinos e caprinos, com: vitamina a palmitato 20.000.000ui vitamina d3 5.000.000ui vitamina e acetato 6.000mg veículo q.s.p. 100,0ml. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Frasco 250ml	50	17,40	870,00	
71	Dl- metionina - aminoácido sintético, que assegura nutrição balanceada e crescimento adequado de aves, bovinos, ovinos, caprinos, equinos, porcos, caninos e felinos. O produto deve apresentar pureza de no mínimo 90%, apresentando nível de garantia de metionina no mínimo 990g/kg. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Saco 25 kg	3	661,91	1.985,73	
73	Antibiótico para aplicação intramamária, no combate à mastite bovina, a base de ampicilina sódica associado a cloxaciclina sódica, indicado para vacas em lactação. Uso veterinário. Intramamário. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Seringa com 10ml	152	14,10	2.143,20	
76	Complexo mineral com minerais cálcio, fósforo e magnésio + vitaminas B1, B2, B3, B5, B6, B12, K3 . Uso veterinário. Injetável. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Frasco com 200 ml	20	2,95	59,00	
80	Calcário calcítico microgranulado para alimentação animal, do tipo pedrisco, com granulometria, coloração padrão. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega. SACO COM 50 QUILOGRAMA	Saco 50 kg	60	27,00	1.620,00	
85	Núcleo vitamínico e mineral para ovinos - Fase de Crescimento -Cálcio (mín./máx.) 120 – 150 g/kg Cobalto (mín.) 100 mg/kg Cobre (mín.) 300 mg/kg Enxofre (mín.) 12 g/kg Flúor (máx.) 80 g/kg Iodo (mín.) 150 mg/kg Magnésio (mín.) 7000 mg/kg Manganês (mín.) 800 mg/kg Selênio (mín.) 15 mg/kg Sódio (mín.) 130 g/kg Zinco (mín.) 4200 mg/kg. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Saco de 25 kg	60	58,80	3.528,00	
86	Leite desnatado em pó - concentrado lácteo para rações pré e iniciais de leitões. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Saco de 25 kg	10	118,73	1.187,30	
88	Sal Mineral para Bovinos na Cria e Recria - Cálcio (mín./máx.) 150 - 190 g/kg Cobalto (mín.) 150 mg/kg Cobre (mín.) 1200 mg/kg Enxofre (mín.) 20 g/kg Flúor (máx.) 900 mg/kg Fósforo (mín.) 90 g/kg Iodo (mín.) 120 mg/kg Magnésio (mín.) 20 g/kg Manganês (mín.) 1100 mg/kg Selênio (mín.) 40 mg/kg Sódio (mín.) 100 g/kg Zinco (mín.) 3500 mg/kg - Saco de 30 kg. O produto deve ser entregue com data de validade de no mínimo 12 meses, a partir da data de entrega.	Saco de 30 kg	500	107,50	53.750,00	
TOTAL 185.411,45						

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação de Mato Grosso - IFMT - Campus São Vicente - UASG 158335.

Endereço: Rodovia BR 364, Km 329, Vila de São Vicente, Zona Rural, CEP 78.840-000, Telefone: (65) 3341-2110, Cuiabá - MT.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e

municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

- 4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
 - 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
 - 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
 - 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4.nApós a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
 - 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;
 - 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 - 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 5.4.2. 2. Mantiverem sua proposta original.
 - 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e
 - 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
 - 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:
 - 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
 - 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
 - 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
 - 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
 - 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
 - 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
 - 7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
 - 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
 - 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
 - 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
 - 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
 - 9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Cuiabá / MT, 26 de junho de 2024.

Lívio dos Santos Wogel
Diretor-Geral
IFMT Câmpus São Vicente
ÓRGÃO GERENCIADOR

Gustavo Francio Lopes CPF: 041.159.819-89 Representante Legal Fornecedor

Testemunhas:

Nome: Osvaldo Martins Capelani CPF: 003.841.689-14 Nome: Alex Soares Gomes CPF: 983.935.531-72

Documento assinado eletronicamente por:

- Alex Soares Gomes, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 26/06/2024 10:58:12.
- Osvaldo Martins Capelani, COORDENADOR FG2 SVC-CTI, em 26/06/2024 11:13:36.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/05/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 693246

Código de Autenticação: 22b638a432



ATA Nº 20/2024 - SVC-CLI/SVC-DAP/SVC-DG/CSVC/RTR/IFMT